

## O Impacto da Revolução Cubana sobre as Esquerdas Brasileiras: anos 1960 e 1970

Jean Rodrigues Sales

Resumo: A vitória da revolução cubana causou grande debate político e intelectual no Brasil. Para alguns autores, o evento pode ser visto como um divisor de águas na história das esquerdas brasileiras. Marco Aurélio Garcia, ao comentar a trajetória do conceito de revolução no país, vê no reflexo da revolução cubana na década de 1960 o marco que delimitaria a passagem de um primeiro momento, marcado pelo impacto da revolução russa, que se estendera até fins dos anos cinquenta, para uma segunda fase, identificada pelo surgimento de novas organizações de esquerda influenciadas, em grande parte, pelos valores e pela teoria da revolução cubana.

O objetivo principal deste texto é analisar as relações entre as esquerdas comunistas brasileiras e a revolução cubana entre 1959 e 1974. Trata-se de entender em que medida essa revolução influenciou o debate ideológico dos comunistas brasileiros e quais os desdobramentos para as suas formulações teóricas e prática política. A conclusão geral é a de que o processo revolucionário cubano esteve presente, sobretudo, no debate a respeito da definição da luta armada contra a ditadura militar e na adoção da bandeira do socialismo por uma parte dessa esquerda. Foi importante ainda na crise que se abateu após 1964 sobre as organizações que já existiam antes do golpe militar, que vieram a se fragmentar e dar origem a diversos grupos da Esquerda Revolucionária.

Nesse caminho, tomamos a influência da revolução cubana como um dos elementos que caracterizaram as definições políticas e ideológicas da esquerda brasileira nos anos 1960. Seja pelo apoio e filiação a muitos aspectos do projeto revolucionário cubano (caso da Nova Esquerda), seja pela crítica à aspiração cubana de irradiar seu modelo revolucionário para o continente (como pode se ver nos casos do Partido Comunista Brasileiro - PCB - e do Partido Comunista do Brasil - PC do B), seja ainda pela tentativa de adequar o foquismo à realidade brasileira (como foi o caso de muitas organizações da esquerda revolucionária após o golpe militar de 1964). Em todos os casos, a discussão em torno do significado da revolução cubana aparece como um problema fundamental para a definição de sua identidade política (SALES, 2005).

Ao tomar a influência do modelo revolucionário cubano como um dos elementos definidores do projeto político da esquerda comunista na década de 1960 (seja pela afirmação ou negação dessa influência), partimos do pressuposto de que as referências feitas pelas organizações a este modelo não se tratam de mera retórica. Entendemos que essas referências impregnavam a própria linha política das organizações e, nesse sentido, também a sua prática.

Palavras-chave: Revolução Cubana – Esquerdas – Anos 1960

## Aproximações

Em meio a um ambiente de impasse econômico e de rearticulação política, a revolução cubana colocaria questões importantes para esquerda comunista brasileira. Ainda segundo Garcia, ela reabriu para a esquerda latino-americana três temas que estavam cristalizados em seu pensamento, tendo recebido até então pouca contestação. O primeiro deles diz respeito à atualidade do socialismo nos países do continente, uma vez que, até os anos 1960, a idéia hegemônica era a de que a revolução seria antiimperialista, antifeudal, nacional e democrática, e na qual a burguesia nacional desempenharia um papel revolucionário. Em segundo lugar, a revolução cubana questionava a idéia que tomara força no comunismo internacional, sobretudo a partir de 1957, sobre as possibilidades da transição pacífica ao socialismo. Por fim, o fato de ter sido dirigida não por um partido comunista, mas sim pelo Movimento 26 de julho, de Fidel Castro, colocava na ordem do dia a discussão sobre o papel da vanguarda revolucionária (GARCIA, 1979).

As questões suscitadas incidiram diretamente no debate sobre a revolução brasileira nos anos 1960, particularmente em sua perspectiva de esquerda. Assim, o processo de luta político-ideológico aberto no interior das esquerdas brasileiras, que vai ser responsável pelo surgimento dos grupos revolucionários no período, está vinculado, “ainda que de maneira nem sempre perceptível, à revolução cubana e seus desdobramentos na América Latina” (GARCIA, 1979; SALES, 2005).

Nesse caminho, tomamos a influência da revolução cubana como um dos elementos que caracterizaram as definições políticas e ideológicas da esquerda brasileira nos anos 1960. Seja pelo apoio e filiação a muitos aspectos do projeto revolucionário cubano (caso da Nova Esquerda), seja pela crítica à aspiração cubana de irradiar seu modelo revolucionário para o continente (como pode se ver nos casos do Partido Comunista Brasileiro - PCB - e do Partido Comunista do Brasil - PC do B), seja ainda pela tentativa de adequar o foquismo<sup>1</sup> à realidade brasileira (como foi o caso de muitas organizações da esquerda revolucionária após o golpe militar de 1964). Em todos os casos, a discussão em torno do significado da revolução cubana aparece como um problema fundamental para a definição de sua identidade política (SALES, 2005).

Ao tomar a influência do modelo revolucionário cubano como um dos elementos definidores do projeto político da esquerda comunista na década de 1960 (seja pela afirmação ou negação dessa influência), partimos do pressuposto de que as referências feitas pelas organizações a este modelo não se tratam de mera retórica. Entendemos que essas referências impregnavam a própria linha política das organizações e, nesse sentido, também a sua prática.

Dessa forma, a questão principal é desvendar como se deu historicamente as relações e a influência da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras, particularmente sobre o seu projeto político. Assim, mesmo considerando os aspectos mais amplos que essa relação possa comportar, a prioridade neste texto é o entendimento de sua incidência no debate ideológico e na elaboração da linha política das organizações comunistas brasileiras.

Nesse sentido, vale adiantar, acreditamos que essa influência aparece de diversas maneiras, menos como tentativa de cópia mecânica do que aconteceu em Cuba. Nenhuma das organizações pesquisadas, nem mesmo aquelas que são normalmente apontadas como tipicamente foquistas, jamais admitiram que queriam transplantar para o Brasil a experiência cubana. Entretanto, isso não significa dizer que, em muitos aspectos e de formas variadas,

tais organizações não tenham se inspirado no processo revolucionário cubano (SALES, 2005).

Entre as formas que essa influência assumiu, está a de uma inspiração política ampla, servindo para fortalecer bandeiras socialistas e antiburocráticas, sobretudo antes do golpe de 1964. Neste caso, dois exemplos importantes são os da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (ORM-POLOP) e da Ação Popular (AP) que, ao surgirem no início dos anos 1960, se apoderaram dessas bandeiras para elaborar os seus programas políticos e, ao mesmo tempo, criticarem o PCB. Duas outras características da influência de Cuba sobre os comunistas brasileiros são as da interferência no debate ideológico das organizações no encaminhamento de suas estratégias políticas e na tentativa dessas organizações adaptarem as idéias centrais do foquismo à realidade política e geográfica brasileira. Houve ainda uma ligação direta com a revolução cubana que se deu através dos militantes brasileiros que fizeram treinamento guerrilheiro em Cuba.

A atração pelas idéias cubanas, e o foquismo em particular, não se dava ao acaso. Entre outros motivos, deve-se destacar que a teoria do foco guerrilheiro partia do pressuposto de que as condições objetivas estavam prontas para o desencadeamento do processo revolucionário nos países da América Latina e que, portanto, conforme os ensinamentos marxistas, faltariam apenas as condições subjetivas. Estas, por sua vez, poderiam ser criadas pela ação dos guerrilheiros. Além disso, ele subordinava o fator político ao fator militar, fazia uma crítica ácida ao burocratismo e à corrupção que tomara conta de muitos partidos comunistas latino-americanos e propunha que o foco guerrilheiro se responsabilizaria pelo início da luta, surgindo a partir dele o embrião do partido revolucionário (GORENDER, 1998: 89). Essas idéias, particularmente após o golpe de 64, foram ao encontro de muitas das aspirações da esquerda revolucionária brasileira.

Além dos aspectos mencionados acima, há outros elementos que nos ajudam a entender como a revolução pôde irradiar a sua influência para além da esquerda tradicional, ou comunista. Para Emir Sader, ela serviu como “legitimação da heterodoxia política e ideológica” no continente, na medida em que foi dirigida pelo grupo 26 de Julho, quebrando assim o pretenso monopólio dos partidos comunistas na direção dos movimentos revolucionários no continente. Ela articulou ainda em seu processo duas bandeiras em voga no período: “antiimperialismo e anticapitalismo”. Enfim, vale lembrar o uso da guerra de guerrilha, que tanta influência teve na América Latina na década de 1960 (SADER, 1991: 167-171).

Com essa configuração a revolução cubana chegou às esquerdas brasileiras. É certo que a apreciação e as leituras que fariam da revolução em cuba variaram de acordo com as modificações que passavam a política brasileira, os grupos comunistas e a própria política externa cubana. Entretanto, de uma forma geral, havia duas leituras sobre a vitória da revolução cubana. Uma “suave”, comandada pelo PCB e pelos nacionalistas em geral, “ressaltando as rupturas com o imperialismo e com o latifúndio como plataforma nacional, democrática e popular”; outra radical, dos grupos da esquerda revolucionária, que “colocavam ênfase no caráter socialista que assumiu rapidamente o processo revolucionário cubano e a estratégia armada como caminho de resolução da questão do poder na sociedade” (SADER, 1991: 176).

Ainda em relação à influência da revolução cubana sobre as esquerdas brasileiras, é necessário ressaltar que para o movimento estudantil de uma forma geral, e particularmente em suas lideranças, o exemplo cubano mostrava o horizonte da luta armada para aqueles jovens que ingressavam na Nova Esquerda e que não queriam repetir, em sua avaliação, o mesmo erro que o PCB cometera ao não se preparar para uma resposta eficaz ao golpe militar de 1964. Essa questão é importante pelo fato de o movimento estudantil ter sido, na segunda metade da década de 1960, o grande fornecedor de militantes para as organizações da

esquerda revolucionária. Disso decorre a necessidade de considerar que a revolução cubana, ao mesmo tempo em que causava discussões no interior das organizações, também influenciava diretamente o setor que mais fornecia militantes para os grupos revolucionários (SALES, 2005).

### **Uma revolução, diversas interpretações**

Uma primeira conclusão a que chegamos diz respeito ao relacionamento da ortodoxia comunista brasileira com a revolução cubana. Diferente do que se tem visto na historiografia sobre o PCB e o PC do B, pudemos perceber que a questão cubana esteve presente no debate ideológico dos dois partidos no decorrer dos anos 1960. Dessa forma, não se pode reduzir a dimensão internacional do PCB a seu relacionamento com a URSS, nem a do PC do B a seu alinhamento político à China.

No caso do PCB, a revolução cubana foi imediatamente saudada como a corporificação no continente da teoria apregoada há décadas pelos comunistas. Ou seja, Cuba teria conhecido uma revolução democrático-burguesa que logo teria passado para fase socialista, processo no qual o Partido Comunista Cubano teria desempenhado um papel fundamental. Essa apreciação do significado do processo revolucionário cubano, que com dificuldade tentava esconder os aspectos heterodoxos da revolução cubana, logo foi questionado por setores partidários. Inicialmente de forma sutil, mas logo ganhando grande força, sobretudo com a crise aberta em suas fileiras após o golpe de 1964.

Com a chegada dos militares ao poder em abril de 1964, amplos setores do PCB responsabilizaram a política partidária pela derrota dos movimentos sociais diante dos militares e passaram a buscar novos caminhos de atuação. Nesse momento, o modelo revolucionário cubano foi visto por muitos militantes como um exemplo que poderia servir ao Brasil, principalmente no que concerne à utilização da luta armada contra a ditadura militar. A discussão que tomou conta do partido levou à saída de centenas de militantes que deram origem a muitas das organizações da Esquerda Revolucionária brasileira, as quais tinham em comum uma clara influência do foquismo na elaboração de seus projetos políticos.

O PC do B, por sua vez, que naquele momento era aliado dos chineses, via na revolução cubana um exemplo da falência da política dos partidos comunistas ligados a Moscou. Alegava que os revolucionários cubanos tinham demonstrado definitivamente que a revolução não aconteceria na América Latina sem o uso da violência e que a aliança com a burguesia nacional era absolutamente desnecessária. Apesar disso, após o golpe ele também sofreu cisões que tiveram em sua origem as discussões sobre a luta armada contra a ditadura. A cisão sofrida pelo partido, que deu origem ao Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha (PC do B-AV), buscou no ideário cubano a inspiração para a luta armada, ainda que complementada com elementos do maoísmo (SALES, 2007).

Como podemos perceber, a revolução cubana esteve no centro do debate que originou a Nova Esquerda brasileira, na medida em que contribuiu para engrossar a crítica ao modelo tradicional de partido comunista, levando a cisões no PCB e no PC do B. Mas a sua importância não se resume a isso. Ao mesmo tempo em que a influência cubana se fazia sentir no interior da esquerda tradicional, ela desempenhava um papel marcante na estruturação de grupos como a AP e ORM-POLOP. Nos primeiro caso, o exemplo cubano serviu para justificar a proposta heterodoxa de socialismo feita pela AP, que procurava se distanciar do socialismo real, propondo um *socialismo com humanismo*. No caso da ORM-POLOP, a revolução cubana serviu para fortalecer a sua proposta de uma revolução imediatamente socialista, que contrastava com a bandeira da revolução por etapas empunhada pelo PCB e PC do B. Após o golpe, entretanto, principalmente a ORM-POLOP, sofreria cisões que tinham na origem a atração exercida pelo foquismo (SALES, 2005).



## O golpe de 1964 e a eclosão da luta armada

O golpe militar de 1964 representou um momento de inflexão para as esquerdas brasileiras, sobretudo para os comunistas, causando um amplo debate entre as organizações sobre as causas da derrota do movimento popular e, principalmente, o caminho que deveria ser seguido na nova situação política aberta com a chegada dos generais ao poder. Nesse momento, é de se destacar que praticamente todas as organizações comunistas que existiam no período anterior a 1964 sofreram cisões a partir de discussões em torno do tema da definição de uma nova estratégia política.

Assim, o PCB sofreu diversas cisões que deram origem a grupos como a Ação Libertadora Nacional (ALN), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), entre outras. Do PC do B saíram militantes que criaram o Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha (PC do B-AV) e o Partido Comunista Revolucionário (PCR). A AP teve pelo menos duas divisões importantes, a primeira deu origem ao Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) e a segunda a Ação Popular Marxista Leninista (AP-ML). Da ORM-POLOP, por sua vez, saíram militantes que criaram o Comando de Libertação Nacional (COLINA), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e o Partido Operário Comunista (POC).

Nas cisões e na definição do novo caminho de luta diante da instauração da ditadura militar, a temática da revolução cubana ganhou grande força. Pode-se afirmar que todos os grupos que pegaram em armas contra a ditadura militar na segunda metade dos anos 1960 dialogaram com as idéias cubanas. Nesse diálogo, alguns se aproximavam mais das idéias que emergiam de cuba, outros menos, mas todos trataram do tema na definição de sua estratégia política, principalmente no que diz respeito ao caminho armado.

O que mais atraía as organizações da esquerda revolucionária no foquismo era a crença de que seria possível fazer uma revolução socialista através da guerra de guerrilhas sem a presença de um partido comunista tradicional como dirigente. Acreditava-se que esse era o caminho adequado para a América Latina e que as condições objetivas estavam prontas, restando criar as condições subjetivas, tarefa esta que a presença do *foco guerrilheiro* se encarregaria. Uma vez iniciados os combates, as massas acabariam por se aliar aos guerrilheiros, e estes conseguiriam aumentar o seu poder ofensivo até a tomada do poder. Durante o processo revolucionário, a guerrilha seria a vanguarda política, estando todas as outras tarefas a ela subordinadas.

## As Ligas Camponesas e o primeiro ensaio de luta armada

Normalmente quando se fala em influência cubana sobre as esquerdas brasileiras, se pensa imediatamente na luta armada contra o regime militar na segunda metade dos anos 1960 e início dos anos 1970. A predominância dessa temática se justifica pela vinculação patente de muitos grupos da Esquerda Revolucionária com os cubanos. Entretanto, vale lembrar que as idéias cubanas já circulavam e influenciavam as esquerdas brasileiras desde antes do golpe. Além das questões que já tratamos acima, a história das Ligas Camponesas pode ser tomada como um dos melhores exemplos do tipo de relação que setores das esquerdas brasileiras estabeleceram com a revolução cubana antes de 1964.

A origem das Ligas guarda uma ligação remota com o período da redemocratização do país, após 1945, quando o PCB fundou, em diversos estados brasileiros, as Ligas Camponesas, reunindo trabalhadores rurais e camponeses (MORAIS, 1997: 14). Com a cassação do registro partidário em 1947, e sob a dura repressão do governo do general Dutra, o movimento camponês foi praticamente extinto. No período entre 1948 e 1954 poucas

associações rurais sobreviveram e as lutas no campo pareciam se restringir a alguns conflitos envolvendo posseiros e grileiros. São os casos, por exemplo, da chamada guerrilha de Porecatu, em 1950, entre as divisas dos estados de São Paulo e Paraná e a implantação do "território livre de Trombas-Formoso". Em ambos os casos, o PCB teve uma considerável influência na direção dos movimentos (AZEVEDO, 1982: 57).

As Ligas Camponesas, das quais trato neste texto, surgiram no Engenho Galiléia, no município de Vitória de Santo Antão, interior de Pernambuco. Nesse local foi criada a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP), que ficaria conhecida como a Liga Camponesa da Galiléia, numa clara alusão às antigas ligas dirigidas pelo PCB. Dessa forma, a continuidade, se assim podemos chamar, entre as Ligas dos anos 1940 e as da segunda metade dos anos 1950, se dá na medida em que muitos comunistas e militantes das antigas associações rurais dos anos 1940 estiveram presentes em ambos os movimentos. Entretanto, não apenas o programa político das Ligas comandadas por Francisco Julião era diferente daquele ligado aos comunistas no passado, como viria mesmo a haver sérias divergências entre Julião e o PCB no que se refere às propostas de resolução do problema agrário brasileiro.

Entre os objetivos principais da SPPP, estavam a formação de um fundo para a assistência médica e jurídica, a criação de escolas e uma caixa funerária para os associados. Ainda assim, a associação não foi bem recebida pelos proprietários da região, que logo se uniram para tentar acabar com ela. Os foreiros, para escaparem da pressão local, procuraram apoio na capital do estado. Acabaram conseguindo uma assessoria jurídica, através do advogado Francisco Julião, e a formação de um Comitê Interpartidário, composto por Julião, pelos deputados Ignácio Valadares Filho e José Dias da Silva (UDN), Clodomir Santos de Moraes e Paulo Viana de Queiroz (PTB), pelo vereador José Guimarães Sobrinho (PST), pelo prefeito de Jaboatão, Cunha Priomo, e pelo advogado Djacir Magalhães, ligados ao PCB.

O conflito com o proprietário, depois de uma longa disputa judicial e política, se resolveu em 1959 com a desapropriação do Engenho da Galiléia e a repartição da terra entre os foreiros. A partir desse episódio, as Ligas se expandiram por Pernambuco e outros estados do país, chegando a contar, em 1961, com mais de 10.000 associados (Ibidem: 73), passando a ser um ator importante nos debates sobre a reforma agrária e a revolução brasileira no início dos anos 1960.

É importante frisar que nessa fase da história das Ligas Camponesas, que se estende de 1955, ocasião de seu surgimento, até a desapropriação do Engenho da Galiléia, em 1959, seu programa político era basicamente o de uma reforma agrária feita dentro da lei. Em outras palavras, as Ligas reivindicavam inicialmente um tipo de transformação no campo que fosse amparado pelo Código Civil. Chegava, no máximo, a propor a mudança da constituição no que dizia a respeito às indenizações aos proprietários, para tornar a reforma agrária econômica e politicamente viável.

A radicalização das propostas das Ligas tem as sua origem em acontecimentos que remontam aos anos de 1960 e 1961. Nesse ponto, a influência da revolução cubana desempenhou um papel fundamental na mudança de sua natureza. Para Jacob Gorender, após a visita que Julião fez a Cuba, em 1960, ele voltou defendendo as idéias que Fidel Castro queria ver aplicadas nos países da América Latina, o que teria tornado as Ligas pioneiras na defesa de uma das idéias-chave dos anos 1960: "a do papel principal dos camponeses na revolução socialista, com explícita depreciação da função revolucionária hegemônica atribuída pelo marxismo ao proletariado." (GORENDER, 1998: 43). Segundo Francisco Julião, a revolução cubana o teria impressionado fortemente, sobretudo a figura de Fidel Castro, um homem que acabara de sair de uma revolução vitoriosa, quando em Pernambuco "vivia-se em condições parecidas às de Cuba antes da revolução". Assim, continua Julião,

“voltei de Cuba impressionado com o fato de a revolução ter sido agrária, partindo do campo para a cidade. Imaginei que, como já existia aqui no Brasil um movimento camponês que adquiria muita força, muita substância, poderíamos seguir a experiência cubana. Então, de certo modo, eu cometi essa distorção, quando me deixei conduzir, com certo romantismo, pelo grande processo revolucionário cubano, que chegou a empolgar todo o Continente latino-americano, atraindo até a atenção de liberais.” (MORAES, 1989: 80-81).

Do mesmo modo, para outro dirigente, Clodomir Santos de Morais, a revolução cubana exerceu forte influência “no conteúdo político e no crescimento das Ligas Camponesas”. Após voltarem da viagem a Cuba, junto com a comitiva que acompanhara o então candidato à presidência Jânio Quadros, os membros das Ligas, impressionados pela reforma agrária cubana, organizaram Comitês de solidariedade a Cuba em Pernambuco. O que foi feito contra o posicionamento do PCB, que naquele momento apoiava a candidatura do general Teixeira Lott, que manifestava “uma aversão especial aos revolucionários cubanos”. (MORAIS, 1997:32-33).

Segundo Clodomir Santos de Morais, o seu grupo foi o primeiro entre os brasileiros a treinar em Cuba. Mesmo entre os países da América Latina, somente os venezuelanos haviam estado lá anteriormente. Até mesmo por ser o primeiro, o treinamento não aconteceu da forma que se esperava. Em primeiro lugar, para o caso brasileiro, não haveria consenso entre Fidel Castro e Che Guevara para se dar treinamento aos militantes, na medida em que havia relações diplomáticas entre os governos brasileiros e cubanos. Em segundo lugar, não havia, naquele momento, qualquer preparação, programa ou estrutura prévia para que o curso acontecesse adequadamente, tendo sido feito de forma improvisada. (*Ibidem*)

Sobre a falta de estrutura para a realização dos cursos, vale lembrar que, ainda em 1965, quando membros do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) foram fazer treinamento em Cuba, não havia uma estrutura preparada, e os militantes brasileiros acabaram ajudando a construir a escola. Ao que parece, somente os militantes que foram posteriormente a Cuba (da ALN, do MR-8 e da VPR) encontraram uma estrutura mais adequada, ainda que em muitos aspectos precária (ROLLEMBERG, 2001).

Resolvido o impasse com os dirigentes cubanos, os brasileiros, entre os quais estavam os futuros líderes do dispositivo militar das Ligas Camponesas (Clodomir Santos de Morais, Adauto Freire da Cruz, Mário Luiz de Carvalho, Ozias Ferreira e Adamastor Bonilha), foram até um quartel em Manágua para iniciar o treinamento. Lá chegando, se decepcionaram com o fato de as atividades se resumirem a questões estritamente militares, não tendo nem mesmo treino de sobrevivência. Segundo Clodomir, em seu grupo havia gente que sabia manejar tanques de guerra e os cubanos queriam lhes ensinar a atirar com velhos fuzis 1908, quando eles esperavam ter aulas sobre

“o processo revolucionário, sobre a luta armada no concreto...(...). Conhecer mais sobre a luta armada no que diz respeito à organização das massas no geral, quando a luta armada tem uma base social poderosa...porque dar tiro a gente sabe.”<sup>2</sup>

### **O dispositivo militar e os campos de treinamento no Brasil.**

Segundo a versão de Clodomir de Morais<sup>3</sup>, a motivação para a criação dos “focos de resistência guerrilheira” veio com a invasão da Baía dos Porcos, em abril de 1961. A idéia era a de que o exemplo da tentativa de invasão de Cuba pelos EUA colocava em perigo qualquer governo amigo dos cubanos no continente, inclusive o de Jânio Quadros. Além da ameaça externa, era de se considerar que, em sete anos, o Brasil havia passado por pelo menos sete tentativas de golpes contra o regime representativo. Por fim, havia os enormes suprimentos de carabinas e fuzis automáticos (25 mil armas) proporcionados pelo governador Adhemar de Barros, do estado de São Paulo, para que os latifundiários se defendessem da Reforma

Agrária. Todos esses elementos juntos fizeram com que os dirigentes das Ligas abandonassem o plano de organização camponesa em longo prazo e passassem a preparar a resistência guerrilheira (MORAIS, 1997: 39).

A concepção geral do dispositivo militar ficou sob a responsabilidade de Clodomir Santos de Moraes, que tinha o papel ainda de ligação entre o “setor armado” e o setor “de massas” ou “político” das Ligas camponesas, sendo que este último era liderado por Francisco Julião.<sup>4</sup> Pela própria natureza das atividades, a atuação do setor armado era feita de forma absolutamente clandestina e autônoma em relação ao restante do movimento. O que não significa dizer, como fizeram alguns autores, que o setor político, ou mais especificamente Francisco Julião, não soubesse da existência dos preparativos guerrilheiros. Na verdade, por motivos de segurança, as atividades eram compartimentadas e, neste caso, Julião era responsável pelo proselitismo político junto às massas, não lhe cabendo participar de decisões que diziam respeito à guerrilha.

Em termos de ações de treinamento guerrilheiro propriamente dito, quase nada foi feito. O que conseguiram foi a organização dos camponeses em associações, a exemplo das Ligas Camponesas. Como admite o próprio Clodomir Santos de Moraes,

“Os homens das Ligas que fundaram os campos de treinamento de guerrilhas, desprovidos de preparação adequada, pouco puderam transmitir da arte militar aos seus companheiros. Em um ano, à espera de uma voz de comando que nunca chegou, os futuros guerrilheiros tiveram que enfrentar todas as naturais conseqüências de um longo período de isolamento; da falta de atividade prometida; da ausência de um programa armado bem definido e, ainda mais, da falta de uma sólida unidade dos organismos dirigentes, fatores estes que destroem moral, política, ideológica e organicamente a qualquer grupo de combatentes.” (MORAIS, 1997: 41).

Foi nessa situação que, em novembro de 1962, o grupo de Dianópolis viu chegar durante a noite militares do Exército na fazenda, causando a fuga dos militantes que lá se encontravam. As versões sobre a dissolução dos campos são controversas. Para alguns, como Clodomir, as autoridades já sabiam o que se passava na região e vinham a tempo vigiando as atividades do grupo (PAGE, 1972: 122). Já em um livro autobiográfico, Flávio Tavares, que nos anos 1960 teve ligações políticas com Leonel Brizola e com a chamada Guerrilha do Caparaó, relata que a descoberta teria se dado completamente ao acaso. Em sua versão, o tenente responsável foi alertado dos constantes carregamentos de “geladeiras” que chegavam às fazendas, e cogitava que se tratasse de armas que estariam sendo contrabandeadas pelos latifundiários de Goiás, que se preparavam para se opor aos planos de reforma agrária de Jango. Ao chegar na fazenda, o que o Exército encontrou

“foram algumas armas e muitas, muitas bandeiras cubanas, retratos e textos de discursos de Fidel Castro e do deputado pernambucano Francisco Julião, manuais de instrução de combatente, além de planos de implantação de outros futuros focos de sabotagem e uma minuciosa descrição *dos fundos financeiros enviados por Cuba para montar o acampamento* e todo o esquema de sublevação armada das Ligas Camponesas noutros pontos do país.” (TAVARES, 1999: 77-78).

O caso da aproximação de setores das Ligas Camponesas de idéias oriundas da revolução cubana, e, principalmente, a criação dos campos de treinamento guerrilheiro durante o governo de João Goulart (1961-1964) demonstra que a opção ou a simpatia de uma parte da esquerda brasileira pela luta armada antecede o golpe militar de 1964. Isso coloca em xeque uma interpretação que tem privilegiado a hipótese de que a luta armada no Brasil surgiu exclusivamente como resposta ao golpe de 1964, ou ao fechamento da ditadura com o Ato Institucional número 5. Não se trata de negar a importância do golpe militar como fator de desencadeamento da luta armada nos anos sessenta, mas sim de não obscurecer o debate interno das próprias organizações que surgiram antes de 1964, que não descartavam a utilização da luta armada para a transformação da sociedade brasileira (SALES, 2005).



### Referências bibliográficas:

- AZEVEDO, Fernando. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- BARÃO, Carlos Alberto. A influência da revolução cubana sobre a esquerda brasileira nos anos 60. In: MORAES, João Quartim de; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003, v. I, p. 259-316.
- DEBRAY, Régis. *Revolução na revolução*. São Paulo: Centro Editorial Latino Americano, s/d.
- GARCIA, Marco Aurélio. *As esquerdas no Brasil e o conceito de Revolução: trajetórias*. In: ARAÚJO, Ângela (org.). *Trabalho, cultura e cidadania*. São Paulo: Scritta, 1997.
- GARCIA, Marco Aurélio. *Como surge a esquerda armada brasileira*. In: *Em Tempo*, n. 81. São Paulo: 13 a 19/09/1979.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1998.
- MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989,
- MORAIS, Clodomir Santos de. "Peasant leagues in Brazil." In: STAVENHHAGEN, Rodolfo. *Agrarian problems and peasant movements in Latin America*. New York: Anchor Books, 1970<sup>1</sup>
- MORAIS, Clodomir Santos de. *História das ligas camponesas do Brasil* Brasília, Edições Iattermund, 1997.
- PAGE, Joseph. *A revolução que nunca houve: o nordeste do Brasil (1955-1964)*. Rio de Janeiro, Record, 1972.
- ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.
- SADER, Emir. *Cuba no Brasil: influências da revolução cubana na esquerda brasileira*. REIS FILHO, Daniel Aarão et al. *História do marxismo no Brasil, vol. I.*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- SAINT-PIERRE, Héctor Luis. *A política armada. Fundamentos da guerra revolucionária*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.
- SALES, Jean Rodrigues. *O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)*. Tese (Doutorado em História). Campinas: IFCH/UNICAMP, 2005.
- SALES, Jean Rodrigues. Partido Comunista do Brasil: definições ideológicas e trajetória política. In: RIDENTI, M; REIS, D. A. (orgs.). *História do marxismo no Brasil, vol. VI*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007, p. 63-103.
- TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. 4 ed. São Paulo, Globo, 1999.

---

<sup>1</sup> Para os objetivos deste artigo, amparado nos documentos das organizações comunistas do período, empregamos o termo de forma ampla, como eram utilizados entre as esquerdas nos anos 1960, caracterizando, de uma forma geral, movimentos que, influenciados pela revolução cubana, acreditavam ser possível fazer uma revolução socialista através de guerrilhas e sem a presença de um partido comunista. Ver a esse respeito, primeiramente, a obra do próprio Régis Debray (s/d.) e de Che Guevara (1981). Uma síntese dos textos de destes autores pode ser vista em Barão (2003). Ver ainda Saint-Pierre (2000).

<sup>2</sup> Entrevista de Clodomir ao autor.

<sup>3</sup> A versão de Clodomir Morais sobre a questão dos campos de treinamento guerrilheiro pode ser vista principalmente em um pequeno texto que escreveu, provavelmente no final dos 1960, sobre a história das Ligas. A primeira edição é de 1970 (MORAIS, Clodomir Santos de. "Peasant leagues in Brazil." In: STAVENHHAGEN, Rodolfo. *Agrarian problems and peasant movements in Latin America*. New York: Anchor Books, 1970, publicada em inglês; a segunda foi publicada em Honduras, em espanhol, em 1976. Somente em 1997 o texto foi traduzido para o português e publicado pelas edições Iattermund. Utilizamos ainda a entrevista que ele nos concedeu (op. cit.) e a concedida a Dênis Moraes (op. cit.).

<sup>4</sup> Sobre a autonomia do setor armado, ver AZEVEDO, Fernando, op. cit., p. 94 e MORAIS, Clodomir Santos de. *História das ligas camponesas do Brasil*, op. cit., p.40. Ver ainda sobre a questão, PAGE, Joseph. *A revolução que nunca houve: o nordeste do Brasil (1955-1964)*. Rio de Janeiro, Record, 1972, p. 119.